

PROLETÁRIO

PREÇO Cr\$70

Nº6 AGOSTO-OUTUBRO 82

A burguesia prepara o pacto social, preparemos a luta de classe!

Na passagem de ano 81/82, o governo e o conjunto da burguesia deram suspiros de alívio: a economia parecia estar "saindo do fundo do poço". Lançam, então, previsões otimistas de reativação da economia e põem surdina nas críticas e reparos à política econômica do governo. Mas as esperanças num 82 róseo logo se esfumam: já desde o início do ano as exportações, pedra de toque da recuperação econômica, esbarram com a recessão mundial, o protecionismo, o fechamento de alguns mercados importantes da África e América Latina; a produção industrial cai 13,8% já no primeiro bimestre.

Assim, enquanto o governo vai revendo em baixa as metas e as fóricas projetadas, as críticas à sua política econômica vão se acentuando. O anúncio do índice de inflação de junho (8%) entorna o taldo: as críticas isoladas e cautelosas se generalizam e se aguçam, e os empresários mobilizam-se ativamente, multiplicando

manifestações e pressões em favor da alteração da política econômica do governo, muito embora, em seu conjunto, adotem uma posição de apoio a este, numa clara preocupação de não deflagrar uma crise política, que poderia vir a ter consequências graves. Como adverte Vidigal, "vivemos hoje (segue pg. 2)

Solidariedade às massas libanesas e palestinas!

Mais uma vez, depois do setembro negro de 1970 e do massacre de Tall-el-Zaatar em 1976, a barbárie capitalista se desata sobre as massas exploradas do Oriente Médio. Desta vez, é sob a palavra de ordem hipócrita da "paz na Galiléia" que o Estado colono de Israel leva a cabo sua política infame. Cidades inteiras, como Tiro e Saida foram destruídas; Beirute é vítima de um feroz bombardeio. Balanço provisório da operação: mais de 600 mil refugiados, dezenas de milhares de mortos, dezenas de milhares de feridos.

Quais os objetivos de Israel? 1) Desarmar militarmente a OLP, principalmente em consequência da vaga de agitação social que abalou recentemente os territórios ocupados por Israel; 2) Aproveitar-se do enfraquecimento (segue pg. 4)

A preparação revolucionária exige o boicote do circo eleitoral

Demolindo a mentira liberal, segundo a qual a democracia faria do Estado burguês um órgão acima das classes, um Estado de todo o povo, destinado a superar os antagonismos sociais, o marxismo demonstra que a democracia mais aperfeiçoada e pura não diminui nem um pouco o caráter de ditadura burguesa do Estado capitalista. Mais ainda, mostra que "a república democrática é a melhor forma política possível do capitalismo" e que, nela, o Capital "assenta seu poder tão solidamente, tão seguramente, que este poder não pode ser abalado por nenhuma mudança de pessoas, de instituições ou de partidos, na república democrática burguesa" (Lênin, O Estado e a revolução).

Precisamente por ser o instrumento armado da dominação da burguesia, isto é, da sua violência concentrada e centralizada, é impossível utilizar o Estado capitalista contra os interesses da classe dominante, independentemente da forma política que ele assumiu, inclusive a mais democrática. O Estado burguês não é uma arma neutra; é uma arma "inteligente", forjada e condicionada pela burguesia com uma finalidade precisa e imutável: servir a seus interesses de classe dominante. O Estado moderno foi se

forjando e se consolidando historicamente a serviço da classe capitalista através de reformas, revoluções, golpes de Estado, da alternância de distintas frações da própria burguesia no poder político, do seu governo por regimes militares e civis, autoritários e democráticos; em suma, foi sendo modelado ao longo do tormentoso curso histórico em que a burguesia afirmou sua dominação de classe, destituindo o poder político as velhas classes tradicionais pré-capitalistas,

mas no qual, paralelamente, foi se desenvolvendo, de maneira cada vez mais ameaçadora, o produto mais genuíno do capitalismo: o proletariado, cuja presença influi grandemente neste processo.

(segue pg. 10)

SUMÁRIO

- Solidariedade à luta dos posseiros
- As fissuras interburguesas exigem a independência da classe do proletariado
- Acerca do PT: Política "operária burguesa" e política revolucionária

A burguesia prepara o pacto social,

(cont. da pg.1)

um momento crucial para a nossa economia, cujos reflexos no campo social e político são imprevisíveis" (Folha de São Paulo, 15.7).

Embora o empresariado ainda não tenha chegado a um acordo sobre a tal "política alternativa" cuja necessidade preconiza, aparece um consenso quanto a 2 pontos, em meio à chuva de medidas sugeridas a torto e a direito, em quanto os principais líderes empresariais esforçam-se por unir os vários setores da classe em torno de uma posição comum a nível nacional.

Um destes pontos é a modificação da política financeira, de forma sobretudo a reduzir as taxas de juros internas. Todos concordam, com maior ou menor dose de radicalismo, com que esta política propiciou lucros astronômicos aos bancos em detrimento da indústria. (Um estudo recente do DIEESE mostra que, entre 1969 e 1981, o lucro médio dos bancos cresceu nada menos que 41.242%, sendo que o dos bancos com capital estrangeiro cresceu 58.295% e o dos bancos privados nacionais 50.935% !!!)

Os setores mais moderados afirmam circunspectamente, como a FIESP, através de seu dirigente Paulo Francini, em palestra na Escola Superior de Guerra, que esta política "inibe... as atividades produtivas" e que o "formidável desempenho (dos bancos) deve-se com a drenagem da capacidade financeira do setor produtivo", levando à "queda do nível de investimento industrial" e ao "aumento do endividamento das empresas" (FSP, 7.7.82).

Já outros expoentes do empresariado não medem suas palavras, revelando a agudez das contradições de interesses entre as empresas privadas e o capital financeiro, ao qual apontam estar submetido o governo. É o caso do presidente da Eletrometal, Dinis de Sousa, que botou a boca no trombone contra o "enriquecimento imoral dos bancos às custas do resto da Nação" (FSP, 8.7) e que até manda uma carta a Lula, numa manobra velada, mas clara, de obter a simpatia dos trabalhadores, de quem o pelego democrático passa por ser o representante, para uma cruzada... antibanqueira. Tanto é assim que, na carta, parcialmente publicada pelo petista Eduardo Suplicy na Folha de 23.7, este senhor afirma que o país está dividido em dois campos: "de um lado o governo mais os banqueiros, de outro lado o resto da Nação". E sugere a identidade de interesses empresário/trabalhador ao reclamar que o empresário "foi degradado, passando de criador de riquezas e de gerador de empregos, a simples instrumento de tomar dinheiro do assalari-

ado, ao lhe pagar menos do que deveria, para entregá-lo aos banqueiros".

Que não se trata da posição isolada de um empresário folclórico, prova o fato de que o mesmo argumento é retomado com a mesma virulência por um líder burguês como Severo Gomes, ex-ministro da Indústria de Geisel, passado agora para a oposição e candidato do PMDB ao Senado. O industrial-latifundiário-coronel-político acrescenta, porém, um novo estandarte à cruzada anticapital financeiro - o do nacionalismo -, fazendo sem dúvida babarem de beatitude seus correligionários peemedebistas do PC, PC do B e MR-8, ao afirmar que "o grupo que está no poder e que elabora a política econômica sem ouvir a Nação está comprometido apenas com o capital financeiro internacional e, por isso, não pode apresentar soluções alternativas" (FSP, 3.8). E preconiza sem rodeios o que Dinis de Sousa sugeriu sutilmente com o gesto de escrever ao presidente do PT: a criação de "um pacto para se opor à pressão do sistema financeiro internacional" que "empurre na direção da recessão e do desemprego". E lança uma diatribe no melhor estilo "terceiro-mundista" em que afirma que "os países do centro capitalista" passaram a crise "aos países da periferia capitalista, a qual o Brasil faz parte" com o que conseguiram um "equilíbrio e até algum superávit em suas balanças comerciais". E profere anátemas contra esta "espoliação da periferia pelo centro (que) vem crescendo a ponto de o sistema financeiro internacional, que é a expressão desta espoliação, praticamente determinar os rumos das políticas econômicas nacionais segundo seus interesses".

Como se a mais-valia que nutre o tal sistema financeiro internacional não fosse produzida, à custa de sangue e suor, nas fábricas e empresas agrícolas, como as que nosso bravo burguês possui! Como se nossos caras industriais fossem dar aos operários, em vez de apropriar-se para suas empresas, a parte daquela que vissem a tomar a seus comparsas da alta finança!

0 0 0

Outro ponto em que insistem é a revisão da política salarial. Mas, neste ponto, os empresários calçam luvas de pelica, procuram evitar medidas demasiado drásticas, que poderiam comprometer a precária paz social. Eles sabem, como advertiu o ministro do Trabalho, que a política salarial atual baseada em reajustes semestrais "trouxe a paz social, a tranquilidade e... sem ela... te-

riamos greves em número muito maior, o que estaria prejudicando a produção nacional" (FSP, 17.7).

Portanto, o que vai tomando corpo em meio à burguesia é a idéia de criar as condições para estabelecer reajustes salariais através da "livre negociação", instrumento indispensável para o tal pacto social inúmeras vezes já sugerido pela própria FIESP.

Assim, os líderes empresariais tentam içar a bandeira da luta contra a inflação como o pavilhão deste pacto. "Somente a união das classes trabalhadoras, empresariais e o próprio governo, com trabalho e observância (adivinhem quem terá que trabalhar obstinadamente...), poderão vencer o desafio que é a inflação" (FSP, 7.8), retumba Barnerio, presidente da CNI. No que faz eco, entre outros, a Arthur Donato, presidente da FIERJ, que mostrou-se reticente ao pacto antiinflação de Vidigal por considerar que "precisa ser traçada uma linha de política econômica mais abrangente, que seja discutida por todos os segmentos da sociedade brasileira, com a participação, inclusive, dos trabalhadores" (FSP, 14.7); em suma, uma edição tupiniquim do Pacto da Moncloa espanhol.

Contudo, o problema com que estes senhores se deparam é de não disporem de um sistema democrático com peso bastante na classe para firmar o pacto em nome dela. Mais uma vez, o inefável Severo Gomes põe o dedo na ferida: "nenhum grande país capitalista vive sem sindicatos fortes, simplesmente porque eles são expressão dos interesses integridades de uma sociedade de classes que num determinado momento - e no caso brasileiro este momento é agora - pode unir-se em torno de interesses comuns".

Sindicatos fortes, eis a palavra de ordem da própria burguesia! Um lema que o governo também faz seu e que, aliás, foi o primeiro a começar a pôr em prática, promovendo paulatinamente o que chama de "mudanças nos mecanismos institucionais que regem a relação capital/trabalho", tema de uma palestra do ministro do Trabalho na ESG (como sempre!) . "Sou favorável - explica o ministro - à criação de mecanismos que possibilitem a negociação direta, sem interferência do Estado. Com isto, pode-se chegar à autonomia sindical, além de alterações na CLT e na Lei de greve" (FSP, 30.7).

O mesmo ministro Murilo Macedo explica limpidamente que o sindicalismo democrático, autônomo do Estado, - o qual, de seu lado, os pelegos democráticos que se arrogam o nome de "comba-

preparemos a luta de classe!

tivos", reivindicam como princípio - é um dos pilares da democratização empreendida pela burguesia e seu atual governo; sindicalismo este que tem como fundamento a esterilização da ação direta, base da luta de classe, nos caudais do negociacionismo. Assim, tirando a seu modo as lições da greve da Embraer (S. José dos Campos), em maio passado, onde o sindicato - bem como os patrões - recorreram à intervenção do Estado para solucionar o aumento salarial reivindicado, o ministro explicava: "A negociação é o cerne do processo democrático e sindical. Mas, quando as duas partes correm tão rapidamente à Justiça do Trabalho, estão abrindo mão deste processo. Eu parto do princípio que só se pode alcançar a democracia global passando-se pela democracia sindical, que tem como base a negociação". E recorda aos pelegos, "combativos" ou não, que naquele caso precipitaram-se a acabar com a greve (que, como sempre, mantiveram isolada pelo cordão sanitário da limitação à fábrica), que "a democracia comporta a greve!" (FSP, 20.5.82).

Enquanto vai criando as condições para o exercício deste sindicalismo democrático, ao encaminhar a retirada da intervenção do Estado nas tais "questões trabalhistas", deixando suas soluções à negociação direta, o ministro anuncia uma nova "iniciativa", expressão do "desejo governamental de que o movimento sindical se fortaleça" (FSP, 29.4): a criação da Universidade do Trabalho, que "formará especialistas na área trabalhista, principalmente técnicos em negociações salariais, com o objetivo de dar maior objetividade às reivindicações dos trabalhadores". Nem é preciso dizer que nesta obra contará com o auxílio precioso daqueles *arautos do colaboracionismo*, de que tratamos em nosso nº 5: pois a organização desta Universidade *sui generis* será confiada a um burocrata do MT e ao inevitável Almir Pazianotto, advogado e mentor jurídico dos principais sindicatos paulistas (inclusive os do ABC). Como se vê, está cada vez mais próximo o dia, ansiado pelo ministro e, também, objetivamente, pelos pelegos de todos os matizes, de se chegar à reivindicada autonomia sindical, em que a submissão dos trabalhadores ao Capital não se dará mais através do atrelamento do sindicato ao Estado, mas da "livre negociação entre as partes", que comportará, inclusive, como recordou o ministro, a greve. Só que uma greve estéril e incapaz de levar a seu verdadeiro objetivo: o fortalecimento das fileiras operárias na luta anticapitalista, a arma fundamental da luta de classe imediata, a única capaz de dar "plena objetividade às reivindicações dos tra-

balhadores".

0 0 0

Para organizar a defesa das condições de vida, trabalho e luta da classe operária, os revolucionários devem travar um combate sem tréguas contra os intentos burgueses que ora começam a esboçar-se de arrematar o proletariado em pactos nacionais contra estes pretensos inimigos comuns a trabalhadores e empresários, como seriam o capital financeiro ou a inflação, e pela salvação da economia nacional. Devem mostrar à classe que seu combate dirige-se contra o conjunto do sistema capitalista (de que são parte inseparável banqueiros e industriais, o capital nacional e o capital financeiro mundial, o governo e o Estado nacional) e seus efeitos (a degradação do salário, o desemprego, as crises, a miséria e a opressão crescentes).

Mas este combate, para ser consequente, deve dirigir-se também e antes de mais nada contra as diversas correntes do oportunismo operário que - todos, do PT aos que se nucleam nas fileiras burguesas do PMDB - constroem objetivamente uma ponte entre o nacionalismo burguês e o movimento operário. Pois, acaso não amarram o proletariado ao carro burguês do patriotismo quando "os proletários não têm pátria" - e que seu programa é internacional, em política como em economia? Pois não o dopam com um antiimperialismo burguês, que tem como princípio a defesa da independência nacional contra a espoliação e a opressão do capital e das potências estrangeiras, quando a luta antiimperialista do proletariado visa a destruição revolucionária do capitalismo mundial e sua constelação de Estados, a começar pelo "seu" capitalismo e Estado nacionais?

Pois não atrelam o proletariado à perspectiva burguesa de salvar a economia e a indústria nacionais da crise, avaliando a mentira igualmente burguesa de que só esta salvação pode assegurar-lhe o salário, o emprego, e melhora de suas condições, quando isto só pode significar a salvação do capitalismo nacional, vamo piro que vive do sangue, suor e miséria da classe?

E este combate político, programático, tem seu complemento necessário na luta imediata, onde o sindicalismo democrático converge com a reforma sindical do governo e os anseios dos burgueses de sindicatos fortes, ao fundar a luta sindical no terreno burguês do negociacionismo, que é o da colaboração de classes e, portanto, do pacto social. Um terreno em que a liberdade e autonomia sindicais são apenas a máscara formal que encobre a submissão de fato da classe operária ao Capital.

Solidariedade à luta dos posseiros

Segundo dados parciais da Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1.220 localidades do país são palco de lutas pela posse da terra, "que podem se expressar por meio de reivindicações, expulsões e resistência a estas expulsões" (FSP, 8.7.82). A área total dos conflitos somaria quase 340 mil km².

Não é de se espantar, pois, que a questão da terra tornou-se uma dor de cabeça para o SNI, que se tem mantido em contato com o INCRA, a Confederação Nacional da Agricultura e Federações estaduais da Agricultura (patronais, é claro). Segundo o presidente da CNA, que "vazou" para a imprensa a existência destes contatos, "a situação é muito grave em todo o país, merecendo do governo atenções especiais" (FSP, 21.7.82). E tende a agravar-se ainda mais, segundo ele, "quando acabarem as obras da construção da hidrelétrica de Itaipu. Onde vai se colocar tanta gente?". Lembremos que a repressão inundará nada menos que 101 mil ha, muitos dos quais ocupados por pequenos camponeses. Compreende-se, também, portanto, que o presidente de uma associação conservadora venha afirmar que o problema da terra deve ser encarado "de uma forma global, não adiando partir para a repressão pura e simples, pois isto significaria apenas soluções localizadas" sendo preciso adotar "medidas institucionais de amplo significado".

Enquanto isto, porém, o governo vai tratando de acrescentar à violência para-estatal cotidiana, encarnada nas perseguições e atentados a posseiros, sindicalistas rurais, padres, perpetrados pelos jagunços, a violência da repressão legal do Estado, caindo com todo o peso da lei sobre os que qualifica de agitadores. Daí o enquadramento dos padres franceses e dos 13 posseiros do Araguaia na Lei de Segurança Nacional e sua condenação a pesadas penas por um tribunal militar: urge *aterrorizar* periodicamente os pequenos camponeses e os camponeses sem-terra, mediante violentas punições exemplares, para prevenir o alastramento do incêndio social no campo.

E se a repressão costuma atingir com maior peso os padres (antes de Goriou e Camio, fora o italiano Miracapillo, réu do tremendo crime de fazer uns versinhos satíricos sobre os gorilas!), não é, obviamente, por os governantes acreditarem que a Igreja e seus sacerdotes sejam uma ameaça subversiva qualquer. É que tamanha é a tensão, que os guardiães agaloados da Ordem temem que a própria organização pacífica, pontual, localizada - em

(segue pg. 4)

Solidariedade à luta dos posseiros

(cont. da pg. 3)

suma, pastoral, enquadrada pelos servos da Santa Madre Igreja para vir a ser extravasada, passando os camponeses do terreno pastoral para o da ação subversiva e ampla. Mais vale mantê-los dispersos, que arrebanhados por um pastor, mesmo se de confiança!

Por outro lado, a repressão sobre os padres tem o efeito colateral de valorizá-los, como verdadeiros mártires. Não é por acaso, decerto, que a CNEB assim os chamou. E também pouco é por cristã resignação que a Igreja declarou-se oficialmente "conformada" com a condenação: a manutenção preventiva da Ordem bem que vale dois curas em cana, ainda mais que os torna mártires!

A classe operária não pode ficar indiferente à repressão que cai sobre seus irmãos do campo, pois esta repressão fortalece o inimigo e opressor comum, o Estado burguês, do mesmo modo que, vice-versa, a agitação e a luta social no campo, enfraquecendo-o, colocá-la-ia numa situação mais favorável. Ao mesmo tempo que deve praticar a solidariedade de classe à luta dos posseiros, deve combater por todos os meios classistas a seu alcance toda manifestação repressiva do Estado contra os camponeses e solidificar-se com as vítimas dela. Inclusive quando esta repressão atinge a servidores deste pilar da Ordem burguesa, que é a Igreja, porque, na figura dos padres, é o movimento camponês que a burguesia de fato visa!

NOS DISTINGUE

A linha que vai de Marx a Lênin, à fundação da Internacional Comunista e do Partido Comunista da Itália (Livorno, 1921); a luta da Esquerda Comunista contra a degeneração da Internacional, contra a teoria do "socialismo num só país" e a contra-revolução stalinista; o repúdio das Frentes Populares e dos blocos da Resistência; a dura obra de restauração da doutrina e do órgão revolucionários, em contato com a classe operária, fora da politicagem pessoal e eleito-reira.

**Nossa imprensa
conta com o
seu apoio financeiro**

Solidariedade às massas

(cont. da pg. 1)

da Síria, devido à agitação social interna, e do Iraque na guerra com o Irã, a fim de eliminar a Síria do Líbano e subtraí-la à OLP à sua tutela; 3) Constituir no Líbano um Estado que não esteja submetido às pressões da Síria e da OLP e que, devido ao enfraquecimento da esquerda libanesa, caíria exclusivamente nas mãos das forças falangistas, pró-sionistas e pró-americanas.

Os 7 bandidos imperialistas reunidos em Versalhes opuseram à entrada das tropas israelitas no Líbano tão-somente protestos platônicos. Quanto à URSS, esta "amiga dos povos oprimidos" (que oprime, na verdade, bom número de povos) e, em particular, pretensa "amiga dos palestinos", tampouco moveu um só dedo: ficou calada enquanto seu aliado sírio não foi tocado e, só então, elevou protocoladamente a voz, para que a Síria não sofresse uma derrota militar "humilhante".

A atitude dos países árabes foi mais que infame. Suas pomposas declamações sobre a "guerra santa", a "unidade árabe", etc, cederam lugar ao silêncio mais absoluto. Nenhuma reunião de cúpula árabe foi realizada; a tal arma do petróleo ficou guardadinha no depósito de munições. O ferrabrás Gadafi, campeão de extremadas declarações antiimperialistas e anti-sionistas, tampouco mexeu os dedos (ou a língua). E que mais poder-se-ia esperar dos Estados árabes, cuja preocupação central é manter a ordem doméstica e na região, ordem esta a que as massas palestinas representam uma ameaça constante?

Que esperar do Egito, se foram precisamente os acordos de Camp David, firmados por medo da revolta social que fermenta no país, que deram sinal verde ao Estado de Israel para cumprir, no Líbano, seu papel de gendarme da região?

Que esperar da Jordânia, que, há 12 anos, quando do Setembro Negro de 1970, sufocou sangrentamente a revolta social que crescia nos campos palestinos do país?

Que esperar do Iraque ou da Argélia, demasiado atarefados em manter ferozmente sua ditadura sobre as suas próprias massas proletárias e cuja indiferença ante o pogrom de Beugin & Cia mal dissimula a admiração (e inveja) pela eficácia da obra de estabilização social e política levada a cabo por Israel no Oriente Médio?

Que esperar da Síria, se foi ela própria que, em 1976, tomou a frente de Israel para massacrar os proletários palesti-

nos e libaneses do campo de Tall-el-Zaatar? Ontem, a Síria fez tudo para afirmar sua hegemonia no país, obtida com o sangue das massas palestinas e libanesas; hoje, a única coisa favorável a estas que fez foi sair fugindo com tal precipitação ante o ataque do seu "inimigo hereditário" para não ter de se comprometer com o massacre, que seu Exército nem teve tempo de recolher as armas que, abandonadas em suas posições, foram apoderadas pelas massas exploradas e pelos refugiados políticos oriundos de todo o Oriente Médio, antes que as tropas israelitas delas se apossassem. Os dirigentes sírios devem agora estar dando turros na cabeça ao verem mais de 50 mil homens e mulheres armados com suas armas em Beirute, isto é, muito mais que os 10.000 a 15.000 fedayins enquadrados pela OLP.

A história levou a um grau tão extremo a convergência na ação antiproletária dos Estados do Oriente Médio que se há 34 anos a fundação do Estado sionista deflagrou a guerra das monarquias feudais contra Israel, hoje é a burguesia sionista que mobiliza seus exércitos para tentar consolidar de uma vez por todas o Estado libanês, elo mais fraco da corrente contra-revolucionária da região.

Assim, ante a bestialidade do ataque sionista, dos bombardeios maciços, dos tanques, dos 160.000 soldados de Sharon, desencadeado com a cumplicidade ativa ou passiva de todos os imperialismos e das burguesias árabes, os combatentes palestinos e libaneses ficaram sós. E apesar disto, oferecem uma heróica resistência aos mercenários superequipados de Sharon.

□ □ □

Os imperialismos, em primeiro lugar os EUA, ficaram surpresos ante a ousadia de Beugin. Esta ousadia se deve a que Israel sente, principalmente após a queda do Xá, que é um gendarme ainda mais indispensável que antes numa região que, contudo, abunda em carrascos e gendarmes. Os caprichos do cão-de-guarda israelense, portanto, também são da responsabilidade do amo imperialista, embora este último pretenda isentar-se hipocritamente de toda e qualquer responsabilidade.

É evidente que o ataque israelense modificou o mapa político da região; assim, agora, após terem-se mantido numa ansiosa expectativa ante os riscos acarretados pela ousada intervenção sionista, os imperialismos ocidentais arregaçam as mangas, tratando de aproveitar o novo quadro político que lhes cai nas mãos como um maná dos céus.

libanesas e palestinas!

Os Estados Unidos têm agora a inestimável oportunidade de assumir o papel de árbitro entre Israel e a Síria, o que tem a consequência igualmente inestimável de contrastar a influência russa sobre esta última. Aliás, os mercenários israelitas compreenderam nitidamente a necessidade de preservar as possibilidades de inserção da Síria no novo cenário político regional: se Bequin tratou de cessar os combates diretos com a Síria, foi não só para impedir que esta, totalmente incapaz de enfrentar Israel, se refugiasse irremediavelmente nos braços da URSS, como também por saber que, para conter militar e politicamente a revolta armada das massas exploradas da região, é preciso contar com a colaboração direta ou indireta de todos os defensores da ordem vigente, regional e internacional.

Além disso, os EUA têm também a preciosa oportunidade de pressionar a OLP no sentido de abandonar a luta armada e de cessar os fedayins, o que sempre foi uma condição sine qua non posta pelo imperialismo ianque e ocidental à constituição do mini-Estado palestino querido por Arafat. Mas será que Israel aceitará conceder a uma OLP debilitada o que sempre recusou a uma resistência forte? E acaso a OLP pode garantir que os fedayins deporão as armas e que as massas que derramaram heroicamente seu sangue se contentarão com vagas promessas, mesmo que estejam com a faca posta no peito?

o o o

E a OLP? Esta organização, que pretendeu encabeçar a resistência das massas proletárias palestinas, chega hoje a uma encruzilhada. Com efeito, sua estratégia estava baseada em dois pilares, que ora desabam: o apoio internacional de uma série de países (URSS, França, Síria, Arábia Saudita, Iraque...), que hoje tiraram o corpo fora; a negociação com Israel com vistas à criação de um mini-Estado palestino na Cisjordânia, mas agora Israel ataca em seu reduto libanês. Por outro lado, a OLP reivindicava a luta armada, mas agora acaba de negociar seu próprio desarmamento a fim de obter seu reconhecimento "político" pelo Estado de Israel. Assim, a OLP mostra estar disposta a abandonar as massas palestinas à repressão de qualquer uma das forças burguesas da região, após já tê-las abandonado ante a ofensiva sírio-libanesa de 1976, em Tall-el-Zaatar.

Qualquer que seja a decisão final - quer a OLP saia de Beirute com seus quadros militares, quer permaneça na capital liba-

nesa -, um ciclo histórico acaba de se encerrar, com a estrepitosa bancarrota da OLP. O que abre caminho ao nascimento de correntes políticas palestinas que se proponham lutar contra todo o status quo do Oriente Médio.

Os últimos acontecimentos não são, pois, apenas mais uma repetição da tragédia que se reproduz periodicamente a fim de consolidar a dominação burguesa contra as massas palestinas - e, a partir daí, contra todas as massas proletárias do Oriente Médio. Eles são, também, uma terrível confirmação de que a OLP representa uma armadilha mortal para estas massas, que têm que enfrentar, só, com a regularidade do movimento dos astros, as crises militares de todos os Estados da região.

A curva histórica da burguesia palestina foi análoga à das burguesias árabes, mas antes mesmo de chegar a constituir um Estado nacional próprio. O reconhecimento implícito pela OLP de um mini-Estado palestino na Cisjordânia e em Gaza não é nada mais que a renúncia ao objetivo revolucionário da destruição do Estado do colono de Israel, fundado no privilégio judeu, do mesmo modo que o Estado da África do Sul é fundado sobre o privilégio da raça branca. Este fato é a resultante e a generalização, ao nível de todo o Oriente Médio, de uma trajetória política que renega a revolução, a subversão violenta da Ordem política existente e até mesmo a emancipação das massas palestinas de Israel e da Diáspora, da opressão nacional. A OLP chega, objetivamente, ao ponto de estender a Israel o que ela já garantira aos Estados árabes: a "não intervenção" em seus problemas internos, o que, trocado em miúdos, significa que considera como tal a opressão das massas palestinas que diz defender e, portanto, ante a qual nada fará.

Daí o fato de que a pedra de toque da estratégia política da OLP baseia-se nas "pressões" e na diplomacia, nos sórdidos conchavos com os carrascos árabes das massas palestinas e com o imperialismo. Daí suas negociações com vistas a obter seu "reconhecimento político", em troca do desarmamento do setor oeste de Beirute. Daí sua estranha "passividade" quando da repressão sionista na Cisjordânia.

Não obstante, a própria OLP é perseguida até em Beirute, por que um dos seus meios de pressão - o armamento dos campos palestinos - é um obstáculo à consolidação do Estado libanês e porque o governo israelita tem rejeitado, até hoje, a criação do mini-Estado palestino.

A OLP é congenitamente incapaz de levar adiante uma luta revolucionária pela destruição do Estado sionista, porque esta luta supõe por fim a toda a Ordem burguesa no Oriente Médio. É por isto que a OLP só pode utilizar a energia generosa e heróica das massas e o armamento destas (um armamento que estas massas necessitam para defender-se contra o canibalismo das burguesias israelita e árabes) para negociar com promissos sórdidos.

A destruição do Estado sionista e o fim da opressão nacional das massas palestinas tem hoje um só e único caminho: o combate para arrancar as massas proletárias do Oriente Médio à influência e ao controle do nacionalismo burguês e do pan-arabismo. Para isto, será necessário apoiar-se na opressão social e inclusive nacional que pesa sobre estas massas para combater pela destruição de todos os Estados da região. O único objetivo destas massas é lutar pela revolução proletária, pela instauração da sua ditadura de classe. Como escreviamos em 1973, "a verdadeira "guerra santa" das massas exploradas do Oriente Médio contra o imperialismo e o Estado sionista será o prolongamento de uma luta revolucionária na qual o proletariado e o semiproletariado da cidade e do campo se verão e dirigirão a massa dos feiões (camponeses) contra as classes dominantes árabes e israelita, desafiando ao mesmo tempo, com isto, a dominação do capitalismo internacional".

Cabe aos revolucionários comunistas do Oriente Médio trabalhar nesta perspectiva histórica e, portanto, lutar para subtrair as massas palestinas à influência da OLP. Mas, para que possam levar a cabo esta tarefa, as massas proletárias e os revolucionários do Oriente Médio precisam imperiosamente da solidariedade e da luta dos revolucionários e dos proletários dos demais países do mundo, as quais contribuiriam para reduzir a pressão das grandes potências sobre as lutas no Oriente Médio, bem como para golpear a frente contra-revolucionária internacional da burguesia que é a base da solidez do Estado colono de Israel.

Julho de 1982.

Correspondência

RENATO DEL PRÀ

Casella Postale 962

Milano ITALIA

As fissuras interburguesas exigem a

As repercussões da guerra pelas Malvinas no chamado "sistema interamericano" - isto é, sobretudo nas relações entre as classes dominantes do subcontinente e o imperialismo ianque - fizeram do episódio, segundo a opinião corrente, um marco crucial da história recente das Américas. A América não é mais a mesma "depois das Malvinas!", ou ve-se de todas as partes. Acabou-se o monolitismo político, com a OEA dividida e opondo-se aos EUA! Já não são mais fiáveis as alianças militares, laboriosamente criadas desde o pós-guerra, com o apoio americano a Londres, quando os tratados obrigariam Washington a solidarizar-se com o governo de Buenos Aires!

O próprio ministro da Aeronáutica brasileiro, brigadeiro Délio de Matos, chega a afirmar patético em sua ordem-do-dia para a comemoração da vitória dos imperialismos democráticos sobre o fascismo: "A história nos ensina que a expressão "aliados tradicionais" é uma mera figura de retórica, capaz de encantar as mesas de conferências, mas desprovida de qualquer significado prático, principalmente quando se refere a nações de mundos diferentes" (no caso, o 3º Mundo e o mundo "desenvolvido").

Na realidade, muito mais que a causadora de estremecimentos (sobre cuja agudez, aliás, se exagera sobremaneira) nas relações interburguesas no continente americano, a "crise das Malvinas" foi, antes, um revelador da verdadeira natureza das relações entre as burguesias latino-americanas e a norte-americana. Sobretudo ao longo dos anos de regimes militares, implantados sob o alto patrocínio de Washington, as esquerdas vulgarem a idéia de que estes regimes (e, portanto, as forças burguesas nacionais que eles exprimiam) eram uma espécie de filial da matriz norte-americana, isto é, não representavam nenhum interesse diferente dos do imperialismo ianque, eram simplesmente instrumentos passivos deste último, com cujos interesses as burguesias locais se identificariam plenamente.

Esta concepção simplista leva hoje nossos esquerdistas aos mais grotescos contorsionismos cerebrais para tentar explicar como é que o regime de um Galtieri, que apontavam como o exemplo por excelência do gorila posto no poder pelos EUA e seu devotado laçao, abandonou do dia para a noite a sua subserviência e entrou em conflito com a ordem da tal "civilização cristã ocidental".

Estes fatos são incompreensíveis para quem não percebe que a harmonia entre os piratas burgueses não exclui, mas ao contrá-

rio implica sempre, inclusive quando parece ser uma harmonia angelical, contradições e antagonismos de intensidade e profundidade variáveis entre as camorras capitalistas nacionais.

O nacional-democratismo dos esquerdistas impediu-os de perceber a natureza da comunhão de interesses entre o imperialismo e os regimes recentes a ele ligados. Estes regimes representam, nos grandes países do subcontinente, um desfecho das disputas entre as frações burguesas quanto às vias de completamento da modernização de suas sociedades e do capitalismo nacionais. Impôs-se neste desfecho a fração mais forte, a que pretendia levar esta modernização a cabo apoiando-se fundamentalmente no imperialismo ocidental e assentando a acumulação capitalista na estabilidade política e social interna, obtida com o esmagamento do movimento social e com o próprio silenciamento das querelas internas da burguesia, levados a cabo pelo totalitarismo exercido pelo gorilismo em nome do conjunto das classes dominantes.

Mas a vitória desta fração sobre a alternativa nacionalista e, em geral, populista da fração burguesa oposta não pode ser identificada com uma renúncia pura e simples a todo e qualquer interesse nacional de parte dos gorilas e da burguesia pró-imperialista, fazendo seus apenas os interesses próprios do imperialismo ianque. Tratava-se, ao contrário, de uma identidade de interesses que tinha raízes materiais numa situação histórica bastante definida e que apenas ao nível imediato podia parecer absoluta.

Com efeito, o atraso do aparelho produtivo e das relações sociais criava objetivamente o dilema, manifestado na crise profunda que precederam os famigerados golpes: ou a modernização, ou o caos. Eram as próprias leis inenxoráveis do capital que impunham a modernização do caquético parque industrial, alinhando a indústria local a um nível mais próximo dos padrões produtivos internacionais; a implantação de uma agricultura moderna capitalista; e a consequente adaptação do Estado e das superestruturas jurídicas a estas exigências, o que, por outro lado, implicava a concentração econômica e a correspondente centralização política.

Sob este aspecto material, a burguesia local e o imperialismo tinham o ponto óbvio de convergência no fato de que a primeira obteria deste os capitais, a tecnologia, etc, imprescindíveis à modernização acelerada e à acumulação capitalista em bases modernas; enquanto que o im-

perialismo obteria um excelente campo para a aplicação de seus ávidos capitais, que já começavam a andar em busca de novas fontes de mais-valia, com a chegada ao fim da reconstrução européia do pós-guerra: não será, obviamente, por casualidade que o fatídico ano de 68, marco do fim daquele ciclo de reconstrução, tenha sido também o ano do pontapé inicial do chamado "milagre brasileiro". E não é apenas este fato que denota o condicionamento da modernização latino-americana pelo estado geral, mundial, do capitalismo. Assim, por exemplo, se no Brasil este ciclo de modernização sob a égide do totalitarismo inicia-se numa época de relativa prosperidade econômica mundial, possibilitando o boom econômico, já no Chile ou na Argentina (73 e 76) o ciclo se inicia quando o capitalismo mundial entrava em nova crise geral, saturado de industrialismo, de modo que a eliminação das empresas vetustas, com uma torrente de falências nunca dantes vista, não pôde corresponder um boom industrial.

Por outro lado, as burguesias nacionais e o imperialismo tinham outro denominador comum ao nível político: ambos ansiavam pelo restabelecimento da ordem nos países, sufocando o movimento social desencadeado pela crise resultante daquela encruzilhada a que havia chegado a evolução do capitalismo nos países do subcontinente.

Não houve, pois, abandono dos interesses nacionais pelas burguesias e seus regimes militares, mas identidade entre estes interesses nacionais e os do imperialismo.

Este condicionamento das economias nacionais pelo andamento mundial do capitalismo vai in-fluir, também, na parábola deste ciclo, que vem sendo chamado de "ciclo militar": seu encerramento também será precipitado pelo desenvolvimento da crise mundial. Com efeito, se a recessão de 74-75 e o segundo "choque" petrolífero de 79 tiveram uma repercussão decisiva na evolução do regime brasileiro, impulsionando a "abertura", a Argentina sofre nitidamente os contragolpes do novo ciclo recessivo internacional de 80-82 (que também influi sobre o Chile), que põe fim à breve euforia da época de Martinez de Hoz (hoje crucificado por todos), na qual as classes favorecidas daquele país encheram os bolsos e pavonearam-se como os novos ricos da América do Sul.

Assim, pois, à medida que se ia aprofundando a crise mundial, foram reaparecendo cada vez mais intensamente à luz do dia as contradições interburguesas, tanto no plano nacional (questionamento da política econômica oficial

independência de classe do proletariado

por setores crescentes do próprio empresariado, etc), como no plano subcontinental (querelas, inclusive armadas, entre Estados latino-americanos) e no plano das relações com o imperialismo (querelas sobre a América Central, sobretudo de parte do México e Venezuela; brigas de comando do governo brasileiro com Washington sobre a questão nuclear e outras pendengas, que levaram à suspensão da "cooperação" militar americana).

No plano interno, como vimos repetindo aqui, elas alimentam a tendência a ressuscitar a democracia, que, além da função fundamental de esterilizar no pantano do legalitarismo democrático o movimento social renascente, corresponde também a uma necessidade interna da própria burguesia. Com efeito, os conflitos interburgueses provocam fissuras na harmonia nacional em que se apoiava o totalitarismo militar, que perde assim a sua condição principal de existência - a concórdia nacional -, como ficou patente sobretudo nas recentes vicissitudes do regime argentino (pós-Videla); e requerem um regime muito mais elástico que a rigidez das ditaduras militares, mais apto a servir de mecanismo de compensação às necessidades e interesses imediatos e das distintas frações burguesas.

Evidentemente, estas condições não poderão deixar de se aguçarem com o aprofundamento da crise. Se, no plano nacional, a crise exacerba a concorrência entre as empresas, no plano internacional ela acirra a concorrência entre as nações a todos os níveis: guerra comercial; disputa pelas fontes de matéria-prima e pelos mercados para os produtos e os capitais; choques por razões de ordem estratégica, etc. E isto não ocorre apenas entre as grandes nações imperialistas, mas entre todas: entre os capitalistas periféricos e os metropolitanos imperialistas e, também, entre os próprios Estados do 3º Mundo. Deste último ponto de vista, aliás, a América Latina é um bom exemplo, com o sem-número de querelas territoriais entre seus países - por razões estratégicas (Beagle, Golfo da Venezuela, ilhas de San Andrés e Província, etc), de política interna (guerra das Malvinas), de apetites econômicos (reivindicação por Caracas do território de Esequibo, etc), razões estas que sóem misturar-se... Só estas brigas já bastariam para revelar a hipocrisia da tal "solidariedade latino-americana" levantada, quando do episódio das Malvinas, sobretudo por países que protagonizaram, ou candidataram-se a protagonizar brigas cruentas, como o Peru e a Venezuela.

0 0 0

O episódio das Malvinas, como mostramos em nosso número anterior, é uma consequência deste reavivamento das contradições interburguesas provocado pela crise mundial. Se constitui um marco na história recente das Américas, é porque revela que, inclusive neste subcontinente, a pressão exercida pela crise geral - econômica, política, social - do capitalismo sobre as burguesias, suas economias e seus Estados nacionais, pode fazer com que os interesses nacionais dos diferentes países da região entrem em conflito com os do imperialismo ocidental, com os quais até então tinham coincido. Pode - concedamos - ter, pois, algum sentido a frase, proferida (com dissabor) pelos burgueses e (com euforia) até por certos esquarterados, de que "a América Latina não será mais a mesma" depois das Malvinas. Mas, isto, unicamente no sentido de que poderá não haver mais o coro unânime de outrora à política da Casa Branca; que esta não conseguirá mais mobilizar, com tanta facilidade, os governos da região na defesa de determinados objetivos imediatos, que outrora nos eram apresentados como do interesse exclusivo dos EUA mas que, repetimos, eram comuns a estes e a seus asseclas latino-americanos.

No entanto, seria falso imaginar que estas discrepâncias possam sair do plano imediato, contingente, particular, transformando-se numa ruptura global com a metrópole do Norte, como se andou especulando durante a guerra das Malvinas. Não só porque, na época imperialista, a independência política real das nações mais fracas ante os mastodontes imperiais, esta sim, para retomarmos as palavras do medalhado brigadeiro, "é uma mera figura de retórica capaz de encantar apenas as mesas de conferências"; mas também porque as burguesias latino-americanas sabem perfeitamente que, por mais choques de interesses que possam ocorrer com o "irmão do Norte", sua salvação política e social, o principal pilar da sua dominação de classe está, precisamente, na manutenção do status quo nas Américas, isto é, na preservação do tal "sistema americano" e da aliança - *fiabilíssima*, apesar do que os brigadeiros possam dizer por aí - com os EUA, com cuja função de gendarme contra-revolucionário sempre se solidarizarão.

As fissuras reveladas pelas Malvinas não são, pois, mais que fissuras: ficam de pé, intactas, as fundações e as estruturas do edifício. E só um pateta pode acreditar na especulação (feita a todo pano durante a guerra das Malvinas) de que um país importante como a Argentina possa pas-

sar sem mais nem menos do lado americano para o lado russo: não o fará não só porque Washington reagiria violentamente (como advertiu, dirigindo-se muito mais a Moscou que a Buenos Aires, declarando que a ingerência soviética acarretaria uma intervenção direta americana), mas antes de mais nada porque a própria burguesia argentina não iria golpear insanamente uma ordem continental de que depende a sua própria sobrevivência política. Aliás, acaso a sua primeira preocupação após a guerra (bem como a de suas irmãs do subcontinente) não é a de restaurar o bom relacionamento com Washington e remendar os rasgos sofridos pela OEA?

0 0 0

As fissuras na frente burguesa - interna e continental - são, sem dúvida, um motivo de regozijo para o movimento operário revolucionário, pois são índices do enfraquecimento do adversário de classe. No entanto, elas trazem consigo armadilhas mortais, postas no caminho da retomada da luta de classe proletária pela própria burguesia e por seus agentes democráticos no seio do movimento operário. A guerra das Malvinas deu uma mostra disto, ao servir à burguesia como meio de atrair o proletariado para a arapuca do patriotismo e da união nacional e ao levar a uma verdadeira epidemia de social-patriotismo por parte das esquerdas (como ilustramos em nosso número precedente com o exemplo de *Em Tempo*). E ao nível da política interna, as querelas entre frações burguesas, em particular a dos "progressistas" e democratas contra os "reacionários", sempre têm servido para envolver o proletariado na trama paralisante do apoio às manobras das primeiras.

Qualquer envolvimento nestas querelas, qualquer apoio a uma facção burguesa, a uma política burguesa, seja no plano interno, como no da defesa de interesses nacionais e patrióticos ante outros piratas capitalistas - interesses estes que o proletariado, classe internacional e internacionalista, não só não faz seus como combate -, só pode levar a um resultado: contribuir para consolidar a dominação de classe da burguesia. A classe operária só poderá aproveitar estas fissuras se lutar para nelas introduzir a cunha da sua luta de classe independente, isto é, se lutar pelos seus interesses imediatos e históricos *exclusivos* - antipatrióticos e antidemocráticos, porque anticapitalistas -, em oposição total, incondicional e permanente contra o conjunto da burguesia das Américas e, em particular, contra a "sua" burguesia nacional e todas as possíveis facções dela.

ACERCA

Política «operária burguesa»

No *Proletário* nº 1, demonstrávamos que a função do PT é precisamente a de criar esta condição básica da democracia moderna que é a existência de um oportunismo operário capaz de exercer sobre as massas trabalhadoras uma influência que as desvie do terreno da luta classista para o terreno do colaboracionismo democrático.

Se, há alguns anos, este partido só era praticamente uma perspectiva na cabeça de alguns sindicalistas e que tomava corpo fundamentalmente no ABC, hoje ampliou-se a passos de gigante, tanto a nível geográfico, nacional, como também numérico, constituindo o principal pólo real de atração das massas trabalhadoras em geral e de grande parte das vanguardas operárias surgidas nas últimas vagas grevistas.

Apoiando-se na necessidade que sentem as próprias vanguardas operárias de passar da luta sindical à luta política e, pois, a organizar-se em partido, o PT converte-se na realidade num fator de confusão para elas, ao canalizar suas energias sadias em direção à uma política que tende a solucionar os problemas da classe trabalhadora nos marcos do capitalismo. Além disso, cria a ilusão de que a composição social ("um partido sem patrões") bastaria para preservar o PT de qualquer desvio que não correspondesse aos interesses reais da base operária que o constitui.

É importante, portanto, compreender algumas questões básicas relativas a este partido: qual a base material e de onde extrai sua força este oportunismo operário encarnado no PT? Qual o sentido real, objetivo, da sua política?

QUE É O OPORTUNISMO

O oportunismo começou a surgir há coisa de um século nos países que são o berço do capitalismo moderno e do movimento operário: os países europeus. Primeiro, apareceu na Inglaterra, que - como explica Engels - graças à sua situação privilegiada oriunda do monopólio industrial que exercia sobre o mercado mundial por ser a primeira nação industrializada, podia outorgar "prolongadas vantagens" a "uma pequena, privilegiada e protegida" minoria do proletariado, criando, assim, através da corrupção de uma "aristocracia no seio da classe operária", aquilo que chamou de o "partido operário burgueses".

Posteriormente, a pilhagem imperialista e a constituição dos impérios coloniais burgueses

acarretou, nas grandes potências europeias, um emburguesamento de amplas camadas da classe operária, beneficiárias das migalhas concedidas por "seu" imperialismo e que se traduziu, politicamente, na aliança desta "aristocracia operária" contra a massa do proletariado. Foi precisamente ela que constituiu a base social do oportunismo.

O reformismo social-democrata foi a expressão política e ideológica desta "aristocracia operária". Com efeito, a concepção reformista (matriz teórica do oportunismo político) de chegar ao socialismo graças ao sufrágio universal, a via parlamentar da conquista progressiva de direitos nos marcos do próprio Estado burguês, a transformação gradual do capitalismo mediante reformas que suprimiriam os "excessos" deste e promoveriam a ascensão econômica e social crescente do proletariado; esta concepção reformista correspondia, pois, à situação de fato desta "aristocracia" que experimentava, efetivamente, uma melhora em suas condições de vida proporcionada pela formidável expansão capitalista daquela fase histórica.

Este oportunismo gangrenou os partidos e sindicatos operários, e a aliança da "aristocracia operária" com sua burguesia imperialista revela toda a sua profundidade quando da eclosão da I guerra (1914-18), com a adesão dos líderes oportunistas socialistas à "defesa da pátria". "O oportunismo, no quadro da guerra de 1914-15 - escrevia Lênin, na *Falência da II Internacional - engendrou o social-patriotismo. O aspecto principal do oportunismo é a idéia da colaboração de classe. A guerra levava esta idéia à sua consequência lógica*". Após a guerra, o oportunismo patenteará sangrentamente estar aliado à sua burguesia também contra a massa da proletariado e suas vanguardas revolucionárias, ao erigir-se em carrasco do proletariado alemão (1918-19). Esta política de defesa do Estado burguês contra a ameaça revolucionária é outra "consequência lógica" do colaboracionismo oportunista.

Nem bem uma década mais tarde, uma nova vaga oportunista - a mais profunda e devastadora de todas - se abate sobre o movimento operário mundial, aniquilando a ditadura proletária instaurada pela Revolução de Outubro e imolando a Internacional Comunista no altar da colaboração com a democracia imperialista, após tê-la desvirtuado, transformando-a em instrumento do Estado burguês russo. Esta nova va-

ga oportunista - o stalinismo - assegurou seu triunfo a partir de 1926-27, precipitando o movimento operário no abismo da contra-revolução por já mais de meio século - um abismo tão profundo que apenas hoje a classe operária dele está começando a tentar sair.

A vitória da contra-revolução stalinista permitiu que o capitalismo mundial, após o "banho de juventude" de mais uma guerra imperialista, à qual o stalinismo arrastou o proletariado em nome da defesa da democracia contra o fascismo, iniciasse um longo ciclo de prosperidade, em que as tais migalhas oriundas da pilhagem do mundo foram distribuídas a vastas camadas da classe operária das metrópoles. O fenômeno da "aristocracia operária" assumiu, assim, proporções e um peso político e social formidável.

Por outro lado, o ultraoportunismo oriundo da contra-revolução stalinista, em comunhão com a social-democracia, colaboraram na constituição de uma gigantesca rede de consultas, participação, negociação, que faz do enorme aparato burocrático dos sindicatos "operários burgueses" (PCs e PSs) instrumentos da colaboração de classes, da submissão do movimento operário aos imperativos de "suas" burguesias.

Claro que estes fatores que imobilizaram a classe operária por tantos anos nas metrópoles imperialistas não são irreversíveis. Ao contrário, a crise mundial que açoita o capitalismo começa a roer a vasta gama de medidas reformistas de assistência e previdência social, que fizeram com que a classe operária possuísse uma pequena garantia patrimonial, "alguém a perder" que esvaziava seu potencial subversivo. Ademais, o domínio quase total do oportunismo sobre o proletariado torna-se mais frágil e a margem de manobra dele vai se reduzindo. Por ora, podemos constatar a inércia de tantos anos de imobilismo, pois, salvo explosões isoladas, a classe operária ainda não foi capaz de dar uma resposta correspondente à magnitude da ofensiva burguesa contra as suas condições de vida.

OPORTUNISMO PERIFÉRICO

Mas, como corrente política o oportunismo operário não se limita às metrópoles imperialistas: assim como o movimento operário é internacional, também o é o oportunismo. Pois ele é o fruto da tendência natural, es-

DO PT

e política revolucionária

pontânea da classe a procurar solucionar seus problemas, a atenuar os efeitos do capitalismo sobre suas condições de vida, nos marcos da própria sociedade burguesa, tendência esta que só é superada mediante uma experiência histórica mais ou menos longa e dolorosa, para o que a atividade de uma vanguarda revolucionária é um fator de importância fundamental.

Contudo, se como "escola" e quanto à sua ideologia o oportunismo do centro e o da periferia capitalistas são irmãos gêmeos (sendo, aliás, o último via de regra prolongamento local de correntes internacionais dos centros capitalistas, como a social-democracia, o nacional-"comunismo" dos PCs oficiais, o trotskismo; enquanto que, a nível sindical, os pelegos do 3º Mundo são formados pelos especialistas em colaboração de classes dos sindicatos europeus), o oportunismo periférico não tem o mesmo peso e a mesma ampla base social e institucional de seu congêneres das metrópoles.

Não existe aqui aquela sólida "aristocracia operária" típica dos países imperialistas, como tampouco existe a vasta rede institucional de atrelamento do movimento operário ao carro da colaboração democrática de classes, nem aquela continuidade histórica secular do oportunismo à frente das organizações operárias. Aqui as bases materiais e institucionais do oportunismo são incomparavelmente mais débeis, o que significa que a *democracia burguesa* repousa aqui sobre bases muito mais estreitas e muitíssimo menos sólidas que nas metrópoles imperialistas.

Qual, na periferia capitalista, a base objetiva do oportunismo? Tomemos o exemplo do PT. O PT tem um duplo ponto de apoio social. Por um lado, setores do aparelho sindical oficial - os pelegos democráticos - que, por suas poses oposicionistas, arrastam atrás de si camadas operárias importantes da grande indústria. Por outro lado, os setores das classes médias (intelectuais, estudantes, profissionais liberais, a quem o PT abre as portas como tais) que, como é uma constante histórica, por estarem imprensadas entre a burguesia e o proletariado, produzem uma tendência, mais ou menos profunda socialmente, a *contestar* o capitalismo desde um prisma reformista, que conflui naturalmente com o reformismo operário, ao qual aliás fornece boa parte de quadros políticos e de ideólogos. É indubitável que estas camadas pequenoburguesas constituem a principal base social do PT. A-

gregue-se a estes fatores, outro mais: a Igreja, fundamentalmente, proporcionou a rede organizativa que constitui um ponto de apoio importante para a organização do PT a nível nacional. (Para setar uma idéia da magnitude desta rede, um simples dado: segundo fontes da Igreja, há cerca de nada menos que 80.000 comunidades de base no país!) Quanto à rede institucional do colaboracionismo sindical, a burguesia anda ul timando a sua criação, com a ajuda ativa ou tácita dos sindicalistas democráticos.

A GÊNESE DO PT

Pode-se dizer, porém, que o peso político do PT no movimento operário é proporcionalmente muitíssimo superior à sua exígua base social e ao reduzido poderio dos pelegos que o formaram. Este peso não se explica, apenas, pelo prestígio que estes últimos conquistaram no ABC ante as massas operárias, que ainda têm um longo caminho a percorrer antes de se livrarem das desastrosas ilusões que as dominam. Explica-se também pelo fato de que a própria experiência do novo despertar do movimento operário, ao chocarem-se as lutas diretamente contra o Estado burguês, levaram os trabalhadores a intuírem que era necessário ir mais além da simples luta sindical, era necessário completá-la com a luta política.

O próprio PT nos explica a gênese da sua influência política, ao mostrar que as lutas de 78-79 "levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política (subentenda-se que, num regime democrático, o trabalhador insere-se neste tal centro, o que é a velha mentira do oportunismo de todos os tempos-ndr), começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Para isto surgiu a proposta do PT" (Manifesto do PT).

É indiscutível que o PT se apóia numa necessidade real das massas trabalhadoras: a de elevar-se à luta política. Mas é também indiscutível que o oportunismo sempre se apóia nas necessidades reais das massas, SO QUE desviando-as para o terreno do colaboracionismo reformista. A-

liás, em sua Carta de princípios, o PT nos brinda com uma definição lapidar deste colaboracionismo, segundo o qual o objetivo da classe operária não é o de destruir a sociedade burguesa mas de abrir-se um caminho para nela participar: "Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores... Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira (=capitalista) não poderão ser superados se não por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação". Adiante, trabalhadores, com o PT para salvar o capitalismo nacional!

UMA POLÍTICA

"OPERÁRIA BURGUESA"

Porém, se o PT se apóia na tendência - na verdade, espontânea - da luta econômica operária revestir um caráter político ao alcançar um certo nível de desenvolvimento, a luta política que ele proporciona como objetivo na verdade não sai do terreno sindical, *tradeunionista*: é uma política "operária burguesa", que pretende remediar os males que sofre a classe operária (perdão, a "sociedade brasileira", em que se mesclam todas as classes, inclusive a burguesia) no âmbito do próprio capitalismo, graças a algumas reivindicações imediatas de classe, diluídas na água-com-açúcar das medidas reformistas filistéias.

Já a tarefa de um verdadeiro partido de classe é, como sublinhava Lênin em sua polémica contra os "economicistas" russos (de quem o petismo é uma espécie de epígono degenerado), "transformar esta política sindical numa política social-democrata (=revolucionária, na linguagem de então), aproveitar os vislumbres de consciência política que a luta fez penetrar no espírito dos operários para elevar estes últimos à consciência política social-democrata" (Que fazer?), que se fundamenta, recordemos, no antagonismo inconciliável entre os interesses operários e o capitalismo, entre a classe operária e a burguesia, que deve ser resolvido mediante a revolução proletária.

Na realidade, toda a perspectiva política oferecida pelo PT reduz-se, na verdade, a buscar uma forma institucional para as massas participarem "legal e legitimamente de todas as esferas de poder na sociedade" (Manifesto), com o que as massas poderiam pressionar pela aplicação de medidas que aliviassem a sua

(segue pg. 14)

A preparação revolucionária exige

(cont. da pg. 1)

Por isto, e com base na confirmação histórica de mais de um século de lutas revolucionárias, o marxismo afirma que é impossível conquistar o Estado burguês e utilizá-lo para a revolução proletária. O primeiro ato desta revolução é, ao contrário, a sua destruição e demolição de cima a baixo e sua substituição por um novo Estado, que centraliza e concentra a força da classe revolucionária em armas: o Estado operário, que encarna a ditadura proletária sobre as classes vencidas. Isto implica, como condição sine qua non a insurreição armada para a conquista do poder e a destruição não só das Forças Armadas, da polícia, do aparelho judiciário e governamental vigente, com toda a sua sufocante burocracia, como também a de todas as suas instituições políticas, antes de mais nada as instituições parlamentares e todos os órgãos representativos da democracia burguesa.

A realização deste objetivo programático central - a "constituição do proletariado em classe dominante" - supõe a "constituição do proletariado em partido", para utilizarmos as célebres fórmulas do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. O partido de classe é o órgão indispensável para preparar, organizar e dirigir a classe operária na luta revolucionária pelo poder e, em seguida, para exercer a ditadura proletária: do mesmo modo que a ação e a luta proletárias revolucionárias são uma ação e uma luta de partido, também a ditadura proletária é uma ditadura de partido, exercida única e exclusivamente pelo partido comunista.

A PARTICIPAÇÃO

NO PARLAMENTO

a) Europa

A questão da participação no parlamento sempre foi enfocada pelo marxismo a partir desta perspectiva de princípio. Tal como as demais questões de tática revolucionária, a participação (bem como seu equivalente simétrico, o abstencionismo) deve ser aplicada em função da preparação da classe operária e de seu órgão dirigente, o partido, para a luta pelo poder e pela ditadura do proletariado. Com este sentido, e por indicação do próprio Engels, esta tática foi aplicada sistematicamente pelos partidos socialistas europeus, sobretudo a partir do último quartel do século passado, isto

é, após o encerramento, na área euro-americana, da fase revolucionária da democracia, marcado pela guerra franco-prussiana e pela Comuna de Paris (1870-71).

Abria-se, então, para o capitalismo, um longo período de acumulação ampla e intensa, que adia, por várias décadas, a luta revolucionária pelo poder. Tratava-se, portanto, de aproveitar aquele interlúdio, determinado por condições materiais e históricas, para educar e organizar o proletariado em função da luta pelo socialismo e pelo comunismo. Em outras palavras, tratava-se de prepará-lo política e organizativamente para lançar-se à luta pela ditadura proletária quando a própria realidade histórica, que então a afastava, a pusesse objetivamente na ordem do dia, precipitando o mundo na catástrofe de uma crise geral, a que o capitalismo deveria necessariamente levar.

Nesta fase, a participação no parlamento na área euro-americana devia cumprir uma dupla função coadjuvante, na constituição do proletariado em partido político independente.

Por um lado, devia contribuir para que a classe operária conseguisse diferenciar-se dos partidos radical-democratas burgueses, a cuja influência o movimento operário, que estava acabando de sair da fase de necessária luta democrático-revolucionária, continuava em grande parte submetido. No prefácio à 29 edição alemã de *A situação da classe operária na Inglaterra*, escrito em julho de 1892 (Obras Escolhidas, T III, p. 223-224), Engels ilustra o sentido do "grande passo à frente" dado pelo movimento operário inglês (juntamente com "o despertar do East End londrino... um dos maiores e mais fecundos acontecimentos deste fim de século" - isto é, a organização dos operários "não-qualificados") ao eleger candidatos operários socialistas nas eleições daquele mês: "em vários distritos eleitorais das grandes cidades e dos centros industriais, os operários renunciaram, decididamente, a qualquer acordo com os dois velhos partidos - e alcançaram, assim, direta ou indiretamente, êxitos jamais vistos em qualquer das eleições anteriores. A alegria que isso vem produzindo entre os operários é simplesmente indescritível. Pela primeira vez, viram e sentiram o que podem fazer quando utilizam seu direito de voto no interesse de sua classe. Quebrou-se a fé supersticiosa que, durante quarenta anos, os operários ingleses depositaram no "grande Partido Liberal". Os operários constatarem, através de exemplos eloquentes, que constituem na Inglaterra a força decisiva, bastando

que o queiram e saibam o que querem. As eleições de 1892 assinalam o início dessa vontade e dessa consciência".

Por outro lado, a participação eleitoral-parlamentar destinava-se a combater o indiferentismo político dos anarquistas, cujo peso no movimento operário era considerável: demarcar-se do anarquismo era outra condição indispensável para a constituição do partido de classe. Ao preconizar a abstenção de toda forma de luta política, o anarquismo, na realidade, deixava o caminho livre para a influência política burguesa sobre o proletariado, o qual estava diretamente interessado em certas reformas sociais e políticas que, então, a burguesia liberal propunha-se efetuar. Para dizê-lo com as palavras de Engels numa carta a Cuno (de 24.1.1872), que naquela época trabalhava junto ao proletariado italiano, "chamar os operários a abster-se de toda e qualquer luta política, em toda e qualquer circunstância, é empurrá-los nos braços dos curas e dos republicanos burgueses".

Cabe recordar, aqui, que, nesta fase, nossa corrente também preconizou a participação nas eleições a fim de combater o abstencionismo anarco-sindicalista italiano, que tinha surgido como reação contra o reformismo da direita socialista, com a qual, no fim das contas, acabava convergindo, na idéia da neutralidade política dos sindicatos. Assim, nas eleições de 1913, a esquerda do PS italiano, cuja continuidade reivindicamos, chamou o proletariado para utilizar a "arma do voto" como meio de manifestar-se "contra o abstencionismo" anarco-sindicalista, que ocultava a necessidade primordial do partido de classe e deixava o proletariado a reboque dos partidos burgueses e clericais. Isto já seria o bastante para mostrar que, embora tendo preconizado a tática abstencionista na III Internacional, nossa corrente não tinha nada a ver com o indiferentismo dos anarquistas.

b) Rússia

Neste país, a tática do "parlamentarismo revolucionário" adotada pelos bolcheviques (que tinham preconizado, durante a fase de ascensão revolucionária, o boicote da I e da II Duma, 1905-06) foi necessária para a agitação e a propaganda entre o campesinato, com o objetivo de demonstrar a este, mediante a ação política, a necessidade da aliança revolucionária com a classe operária contra a burguesia liberal (ver Lênin, *O boicote*, em *Obras completas*, tomo XI). Em épocas de refluxo, esta tática era pouco perigosa, do ponto de vista da preparação revolucionária. Pri

o boicote do circo eleitoral

meiro, porque, sob o tzarismo, a ação política de massa colocava-se necessariamente no terreno *insurrecional*; segundo, porque não existia, então, uma burguesia dotada de raízes sociais profundas e capaz de tecer suas redes institucionais e políticas em torno e no seio da classe operária, e isto num período histórico internacional em que não só o oportunismo russo (menchevismo), como também o oportunismo europeu não era dominante; enfim (e é um ponto fundamental), porque existia um sólido partido marxista, o partido bolchevique, forjado na luta revolucionária contra o oportunismo.

Contudo, mesmo nestas condições desfavoráveis ao florescimento do *cretinismo parlamentar*, os bolcheviques tiveram que lutar contra a adesão de amplas massas capitaneadas pelo menchevismo à "democracia revolucionária", a qual, aliás, tinha chegado a contaminar até mesmo setores dirigentes do próprio partido bolchevique, no período de fevereiro-março de 1917 (contra a qual se elevaram as formidáveis "Teses de abril"). Mais tarde, Lênin teve que lutar encarnadamente pela saída do Pré-parlamento contra as resistências de setores dirigentes do Partido, resistências estas que se exprimiram, mais uma vez, na véspera da Revolução de Outubro, a qual dissolvê-la pela força a Constituinte, varrendo assim todas as ilusões democráticas.

É inútil assinalar que o boicote preconizado pelos bolcheviques à I e à II Duma baseava-se na necessidade de combater as ilusões constitucionais imperantes nas massas, ilusões estas que eram alimentadas pela atividade política dos mencheviques (ver Lênin, texto citado). E isto, num país em que as ilusões parlamentares e o oportunismo reformista eram mais que incipientes, *insignificantes*, quando comparadas com a situação atual, tanto na Europa e nos EUA, como na própria América Latina!

A DEGENERAÇÃO OPORTUNISTA DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Tanto na Europa, como na Rússia, os marxistas ortodoxos tiveram que lutar contra outro desvio do movimento classista: o oportunismo reformista, que, ao contrário do anarquismo, se desenvolvia no próprio seio dos partidos socialistas. Um dos fatores que contribuiu ao desenvolvimento desta tendência foi, precisamente, o ambiente democrático-parlamentar. Junto com a burocracia que foi se sedimentando nas cúpulas das organizações sindicais, os grupos parlamentares socialistas, impregnados em grande parte pelo *cretinismo parlamentar* contra o qual Engels já

tivera que lutar, atuaram como um transmissor típico da peste reformista.

Tendo como base material de seu desenvolvimento a expansão relativamente pacífica do capitalismo europeu, que possibilitou a corrupção, de parte da burguesia, das camadas superiores da classe operária - a chamada *aristocracia operária* - com as migalhas da exploração do globo, o oportunismo reformista, expressão destas camadas, preconizava chegar ao poder pela via pacífica e parlamentar, e alcançar o socialismo graças a uma série gradual e progressiva de "conquistas" parlamentares e sindicais. Ao arastar uma parte importante do movimento operário para o pantano do legalitarismo, o reformismo carcomeu progressivamente os partidos e sindicatos operários da Europa, os quais só se mantiveram numa linha classista e revolucionária graças ao peso da ala ortodoxa marxista (o que foi a condição da aplicação da tática de participação nas eleições e nos parlamentos).

No entanto, a eclosão da primeira guerra imperialista alterou bruscamente este alinhamento de forças. Revelando a profundidade da gangrena oportunista, a quase totalidade dos partidos socialistas europeus caiu nos braços das suas respectivas burguesias imperialistas e, combatida apenas por exíguos núcleos internacionalistas, arrastou o movimento operário na defesa da pátria democrática e de suas infames instituições liberais e parlamentares. Terminada a guerra, a social-democracia reformista pôe-se à frente da contra-revolução democrática contra a ameaça da revolução proletária (Alemanha, 1918-19). Ficava, assim, traçada com o sangue de milhares de proletários a *linha divisória de classe* entre reformismo parlamentar e comunismo revolucionário.

A bancarrota da Internacional Socialista, que desde então tornou-se um pilar da dominação mundial da burguesia, impunha a reconstituição do movimento operário revolucionário em escala internacional, em primeiro lugar do seu órgão vital, o partido de classe. Os núcleos revolucionários que tinham resistido ao estrepitoso desmoronamento da social-democracia encontravam-se ante a tarefa de proporcionar de novo ao proletariado mundial as bases não só organizativas, como também teóricas, programáticas e táticas para a sua *constituição em classe*. Era esta a tarefa que entendiam cumprir as forças que, com o formidável estímulo da vitória proletária na Rússia e sob a direção dos bolcheviques, confluíram para a formação da III Internacional, a Internacional Comunista. E a esta tarefa cor-

responderam as teses do II Congresso da IC, que foi o seu verdadeiro congresso constitutivo, reunido em Moscou, de 19.7 a 7.8 de 1920.

A IC E O PARLAMENTARISMO

REVOLUCIONÁRIO

Um dos problemas tratados pelo II Congresso foi o da tática a ser adotada em relação às eleições e aos parlamentos no Ocidente plenamente capitalista. Tratava-se de determinar se era útil ou não, para a preparação revolucionária do proletariado e para a reconstituição do seu partido, a utilização da "tribuna" parlamentar, com o objetivo de mobilizar as massas *contra o Parlamento e o Estado*, pelo menos enquanto não se tivesse força suficiente para destruí-los.

Duas respostas táticas, ambas fundadas no mesmo terreno de princípio solidamente marxista, foram propostas a esta questão: a dos bolcheviques, que admitia a utilização dos parlamentos em função da preparação revolucionária *antidemocrática e antiparlamentar* (o chamado "parlamentarismo revolucionário"); e a da nossa corrente (naquele então, chamada de Fração Comunista Abstencionista do PS italiano, que em 1921 constituirá o PC da Itália, que dirigirá até 1923), que preconizava a ruptura radical com o terreno parlamentar nos países de velha tradição democrática e, portanto, sugeria a tática do *abstencionismo* nas eleições.

O II Congresso adotou as teses dos bolcheviques, redigidas por Lênin e Bukhârin e precedidas por uma introdução de Trotsky. Os bolcheviques propuseram a tática da participação nas eleições e no parlamento como antídoto contra a *doença infantil do comunismo*, manifestação de uma reação *adida* ao reformismo social-democrata, mas que assumia a *forma nociva* do repúdio da luta política, identificada com a luta parlamentar, do repúdio de toda forma de ação legal, identificada com o legalitarismo, e, obviamente, do repúdio do órgão-partido, considerado como instrumento da "ditadura dos chefes sobre as massas".

No entanto, as teses bolcheviques não só consideravam a atividade revolucionária no parlamento como "um ponto de apoio subsidiário" da luta de massas ("o centro de gravidade" precisa a tese 19 - "está na luta pelo poder estatal, travada fora do parlamento"), como também recordavam que ela não era obrigatória "em todas as circunstâncias" (t. 17): em determinadas circunstâncias, era o boicote, a abstenção, a solução tática que deveria ser adotada. A questão de participar ou não das eleições e do parlamento era, pois, uma

A preparação revolucionária exige

questão que deveria ser resolvida "concretamente... partindo da análise das particularidades específicas de cada momento determinado"; em outras palavras, em função das exigências concretas da preparação revolucionária do proletariado.

Ademais, conscientes de que o parlamentarismo tinha sido, historicamente, um fator de corrupção do partido e um veículo do cretinismo parlamentar, os bolcheviques tentaram evitar estes riscos mediante uma explicação do conteúdo do "parlamentarismo revolucionário" (Teses, parte 2, II, §§11 a 15), estabelecendo, num adendo especial (parte 3), uma série de 12 normas destinadas a garantir "a efetiva execução da tática parlamentar revolucionária".

Mas, apesar da total ortodoxia dos princípios que inspiravam aquelas teses, apesar da necessidade política de combater o "infantilismo", apesar das condições draconianas impostas pelas teses para a aplicação do "parlamentarismo revolucionário", a tática proposta pelos bolcheviques viria a ser, no final das contas, um obstáculo à preparação revolucionária do proletariado dos países capitalistas, nas novas condições abertas pela I guerra imperialista.

AS RAZÕES DO NOSSO

ABSTENCIONISMO

Não foi, pois, por razões de princípio que nos opusemos ao "parlamentarismo revolucionário" dos bolcheviques. Por um lado, como já vimos, na fase precedente nós mesmos preconizamos a participação no Parlamento por razões análogas às dos bolcheviques. Por outro lado, as teses que apresentamos no II Congresso deixavam aberta a possibilidade da participação "nos países em que a revolução burguesa ainda está em curso e cria instituições novas" (tese 6).

As razões do nosso abstencionismo estavam ligadas às exigências da preparação revolucionária do proletariado dos países capitalistas ocidentais e da reconstrução do órgão-partido, após o marco histórico crucial marcado pela guerra.

Marco crucial, porque a tremenda realidade da guerra imperialista demonstrava a impossibilidade de uma evolução pacífica, gradual, ininterrupta do capitalismo, lançando assim por terra a ilusão reformista nutrida pelo desenvolvimento da fase anterior. A própria história resolvia, assim, o dilema entre reforma e revolução, que fora o tema central da luta política no seio da social-democracia.

Marco crucial, porque, exprimindo a bancarrota da perspectiva reformista, a social-democracia gangrenada pelo reformismo passou com armas e bagagens para o campo da contra-revolução, pondo as poderosas organizações políticas e sindicais que controlava a serviço da dominação burguesa e desarmando, assim, o proletariado. A trincheira de classe, desde então, passa dentro do próprio movimento operário, pondo em campos antagônicos e irreconciliáveis os comunistas revolucionários - que apontam a via da tomada insurreccional do poder e da instauração da ditadura do proletariado como a única perspectiva para a emancipação da classe - e os reformistas de todos os matizes, que pretendem chegar ao socialismo por meios pacíficos, legalitários, através de uma conquista gradual do poder político que submetta o Estado e as instituições políticas burguesas aos interesses dos trabalhadores. E o problema a ser resolvido já não é o de cindir o movimento operário do "grande Partido liberal", mas do reformismo operário, cujo terreno vital é, precisamente, o do parlamento e das instituições democráticas.

Por tudo isto, a luta pela ditadura do proletariado se apresentava, daí em diante, como o objetivo historicamente imediato do movimento operário, objetivo para cuja consecução ele deveria consagrar todos os seus esforços. Por isto, a tática comunista devia ser muito mais direta e rígida do que na fase anterior, a fim de corresponder plenamente à necessidade da preparação direta da classe operária para aquele objetivo. Isto é, a tática revolucionária deveria excluir todo tipo de atuação que pudesse vir a diminuir a nitidez da linha divisória entre reforma e revolução (antítese que, doravante, significava: ditadura da burguesia ou ditadura do proletariado), entre via parlamentar e via revolucionária.

Nossa tática abstencionista, fundada nos mesmíssimos princípios marxistas que o "parlamentarismo revolucionário" dos bolcheviques, ao romper na prática, na própria atividade, com a democracia parlamentar e suas instituições, correspondia muito mais que aquele ao cumprimento das condições básicas da reconstrução do movimento operário revolucionário. Por um lado, permitia combater com maior eficácia as ilusões democráticas, a idéia fatal de uma possível "via parlamentar ao socialismo", bem como demarcar-se mais nitidamente do reformismo e seus satélites centristas, cujo terreno vital era, precisamente, o da democracia parlamentar.

Por outro lado, o método abstencionista correspondia muito melhor à necessidade (mil vezes sublinhada pelos bolcheviques e pela IC) de reconstituir o movimento operário revolucionário em bases radicalmente opostas às do passado e empenhar todas as suas forças num terreno não só antilegalitário, como também ilegal. Este método contribuiria para a indispensável erradicação dos costumes parlamentares arraigados nas décadas anteriores e que persistiam inclusive em muitos militantes sinceros. Em outras palavras, a profilaxia antieletoral-parlamentar representada pelo abstencionismo marxista possibilitaria a indispensável seleção dos núcleos que constituiriam os partidos comunistas em formação, contribuindo para consolidá-los no terreno comunista revolucionário - antilegalitário, antiparlamentar, anti democrático - e a afastar destes partidos "os arrivistas, que se aproximam (do PC) para poder entrar no parlamento", como exigiam os bolcheviques em suas teses (parte 3, 1).

E o ultra-esquerdismo? Antes de mais nada, ele era, do ponto de vista histórico, de natureza diferente do anarquismo da fase precedente, embora tivesse o mesmo conteúdo ideológico. Enquanto o velho anarquismo era uma doença senil do movimento operário, o ultra-esquerdismo do pós-guerra, doença infantil do comunismo, como o próprio Lênin diagnosticou, era uma reação falsa, decerto, mas potencialmente sã contra a traição social-democrata. Em outras palavras, as correntes ultra-esquerdistas capitalizavam a aversão de amplas camadas operárias combativas e revolucionárias pelo legalismo, pelo pacifismo, pelo cretinismo parlamentar da social-democracia. E já não era o anarquismo, como na fase precedente, mas esta última e seus desdobramentos centristas o principal obstáculo para a constituição do proletariado em partido.

Nestas condições, o abstencionismo também era um antídoto contra esta doença infantil, pois, ao romper na prática com o cretinismo democrático e parlamentar, possibilitava ao partido a conquista dos operários que constituíam o substrato daquelas correntes de ultra-esquerda.

COMO O PROBLEMA

SE COLOCA HOJE

O desenvolvimento histórico posterior ao II Congresso propiciou uma dramática confirmação das posições da nossa corrente. O "parlamentarismo revolucionário" foi um dos fatores (não foi o único, é claro, nem tampouco o principal) que comprometeu a constituição de partidos verda-

o boicote do circo eleitoral

deiramente comunistas. Os partidos que se constituíram então comportavam importantes alas impregnadas das velhas tradições e leitorais e parlamentares da social-democracia, alas estas que aderiram à Internacional, seja levadas por um entusiasmo superficial, seja por puro oportunismo (não perder a confiança - e os votos! - dos operários que, e les sim, aderiam de coração à revolução russa e à IC). Em muitos casos, eram partidos praticamente inteiros que estavam atacados pelo pior cretinismo parlamentar, como o PC francês ou o tcheco.

Nosso abstencionismo teria contribuído para deixar do lado de fora dos PCs os oportunistas potenciais ou efetivos que, naquele momento, neles ingressaram (aquela gente estava disposta a tudo, menos a renunciar a suas poltronas parlamentares!). Já o "parlamentarismo revolucionário" aplicado por estes partidos confusos e inseguros transformou-se progressivamente num parlamentarismo puro e simples, o qual, longe de ser um método subsidiário para destruir o parlamento, tem como objetivo mantê-lo, fortalecê-lo, revalorizá-lo.

A Internacional desabou, sob a pressão externa das forças burguesas, russas e mundiais, e sob o peso interno das correntes que trouxeram para dentro de la suas tradições oportunistas, cuja essência era precisamente o cretinismo democrático-parlamentar; e a democracia burguesa saiu ainda mais fortalecida com a integração a seu campo de classe do "nacional-comunismo" oriundo da degeneração stalinista. E as ilusões democráticas que entorpecem o movimento operário foram acrescidas e aprofundadas, graças à contribuição dos desvios, renegamentos e deturpações da política revolucionária de classe incutidos pelo stalinismo, que acabaram sendo abraçados, ainda que sob formas exteriores distintas, por boa parte das correntes que surgiram como reação a ele.

Além deste peso tremendamente multiplicado do democratismo, as condições em que temos que reconstituir hoje o movimento comunista são infinitamente mais desfavoráveis do que na época dos bolcheviques e da Internacional. Portanto, a necessidade de uma tática cristalina, rígida e direta é ainda mais imprescindível.

Por outro lado, as instituições parlamentares foram perdendo sua importância como órgão político da dominação burguesa, tornando-se um puro e simples artifício contra-revolucionário para paralisar a luta proletária de classe. Isto não ocorre apenas nos países imperialistas, onde o domínio do capital financeiro deslocou o centro das decisões para os grupos monopolistas,

que conseguiram submeter o aparelho estatal a seus interesses. O domínio totalitário do imperialismo sobre o planeta, ao acelerar a evolução política e queimar, assim, as etapas por que passou seu berço euro-americano, faz com que a democracia parlamentar vá perdendo a sua importância inclusive nas áreas onde teria podido desempenhar um papel "progressista". Assim, pois, as burguesias que efetuaram suas revoluções nesta última fase (China, Argélia ou Cuba, por exemplo) não utilizaram, como suas irmãs clássicas da Europa, as instituições parlamentares como órgão do seu poder revolucionário. Pelo contrário, a necessidade de de uma enorme concentração das suas forças, indispensável para enfrentar o imperialismo, fez com que elas deixassem de lado o parlamento em favor do partido único, o qual, por outro lado, se identifica com o exército revolucionário.

As instituições eleitorais-parlamentares tendem, pois, a tornar-se um simples meio de engano contra-revolucionário. Participar nelas, nestas condições, contribuiria para revalorizar este cadáver que continua caminhando e, portanto, para fortalecer a mistificação de que é um instrumento.

NOSSA POSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Não obstante a inegável diferença quanto ao nível de desenvolvimento histórico alcançado, em comparação com a Europa, o programa historicamente imediato do proletariado na América Latina também é a tomada do poder e a instauração da sua ditadura de classe exclusiva. Não deduzimos esta exigência histórica de um esquema doutrinário abstrato, mas da constatação do esgotamento das potencialidades revolucionárias de todas as forças da democracia, que demonstraram, desde há muito, sua total impotência para levar a cabo a consumação das transformações burguesas no continente.

Parte integrante e inseparável da reconstituição do movimento comunista revolucionário internacional, a constituição - pela primeira vez - do movimento comunista no Brasil (e na América Latina, em geral) também se choca com o peso das influências democráticas sobre a classe operária e suas vanguardas.

Embora as instituições eleitorais-parlamentares não tenham tido aqui o caráter liberal e estável das da Europa e, portanto, não tenham permitido o desenvolvimento de partidos operários parlamentares, tradicionais transmissores da sífilis democrática no movimento operário, este último não escapou a esta infec-

ção. Inclusive fora do parlamento e até proibidos pela lei, os partidos oportunistas (como o PC, que já teve uma influência considerável sobre a classe) sempre deram mostras do mais abjecto cretinismo parlamentar, entorpecendo a classe e suas vanguardas com a idéia de que poderiam utilizar o parlamento para a sua luta e para chegar ao socialismo. Principalmente sob os regimes de ditadura militar, que começaram a generalizar-se (no seu conteúdo histórico atual) nos grandes países do subcontinente a partir de meados dos anos 60, este cretinismo democrático desenvolveu-se na forma com que hoje depuramos: a de chamar o proletariado para lutar pelo estabelecimento de um regime democrático, de preferência partido por uma Constituinte, regime este que é apresentado como uma condição necessária da luta ulterior pelo socialismo. E nos países em que, como no Brasil, a própria classe dominante acha conveniente substituir seu regime abertamente ditatorial por um regime democrático, esta "luta" desemboca naturalmente num eleitoralismo a todo vapor, em que os partidos "operários" procuram concentrar toda a energia da classe na escólia, pelo voto, daqueles que irão mercadejar e pisotear seus interesses nos Congressos nacionais e várias Assembléias, desviando-a da luta de classe intransigente contra o capitalismo e a dominação da burguesia.

Aqui também, pois, o mais poderoso fator de paralisia das forças proletárias de classe, o maior entrave à constituição do proletariado em partido, condição indispensável para a sua ação de classe consequente, são as concepções democráticas e as forças políticas a elas ligadas.

Nestas condições, a eficácia da preparação do proletariado para a luta direta por sua ditadura de classe (direta, isto é, sem nenhuma etapa política intermediária, como se pretende que deva ser a democracia) exige a ruptura cabal, nítida e taxativa com as instituições eleitorais-parlamentares e o decidido boicote destas. Romper com a tradição etapista e democrática; lutar para extirpar a ilusão das troças de que a classe pode utilizar em próprio proveito as instituições eleitorais do chamado "poder legislativo" (e, ainda pior, até mesmo de executivos estaduais e municipais); deixar claro que a classe operária nada tem a esperar da democracia e suas instituições, salvo mistificação e chumbo - são tarefas urgentes que não podem ser levadas a cabo participando-se dos parlamentos e concorrendo-se às eleições.

A participação do circo e-

A preparação revolucionária exige o boicote do circo eleitoral

(cont. da pg. 13)

leitoral-parlamentar não só contribui para revalorizar instituições cuja influência perniciosas sobre a classe deve ser extirpada, como, além disso, ao se pretender conquistar executivos locais para pô-los a serviço dos trabalhadores, contribui para incutir na classe a concepção criminosa de que pode-se chegar ao socialismo pela estrada legalitária da conquista e utilização das engrenagens administrativas e de poder do próprio Estado burgues.

E esta revalorização das instituições democrático-parlamentares, a que contribuem os partidos e correntes operários democráticos, está situada num marco crucial da história brasi-

leira e latino-americana, em geral: o que assinala a entrada em cena da classe operária como principal protagonista da luta de classes no país e no subcontinente, abrindo uma nova fase histórica que deverá culminar na guerra civil pela sua ditadura. O proletariado deve considerar a manobra da democratização como um ato da preparação de seus inimigos de classe burgueses para esta guerra. Deve considerar as instituições eleitoral-parlamentares, as quais serão dado um novo lustro, como uma arma do arsenal burguês nesta guerra. E deve considerar e desmarcar como quinta-colunas aquelas forças políticas e partidos que, atuando no próprio movimento operário, participam objetivamente desta

manobra, chamando-o a lutar pela democracia e através de suas instituições.

Os revolucionários, por sua vez, também devem iniciar sua preparação para a guerra de classes. Mas não poderão fazê-lo mettendo-se no terreno eleitoral-parlamentar, ainda que com a intenção de miná-lo. Pelo contrário, devem boicotá-lo, a fim de que fique patente para a classe operária que a pretendida "arma do voto" não é nada mais que um grilhão que a burguesia, com o inestimável auxílio de seus quinta-colunistas operários democráticos, utilizará para tentar acorrentá-la.

0 0 0

ACERCA DO PT

(cont. da pg. 5)

situação, inclusive com "uma política de alianças sobre questões específicas que sirva à causa dos trabalhadores" (Programa). Percorram seus documentos programáticos, e não encontrarão nenhuma posição que questione, nem mesmo de longe, os fundamentos da exploração capitalista. E só aquela lenga-lenga pequeno-burguesa sobre o "respeito aos direitos humanos"; o "desmantelamento total dos aparelhos de repressão", provavelmente por alguma lei votada pelo Congresso; as "eleições livres para todos os níveis do poder, desde a Presidência da República até os delegados de polícia" e por aí vai...

Mas é na proposta das tais "alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação" (Programa), que não afetam nem de longe as relações econômicas capitalistas, nem a dominação política da burguesia, que o PT revela todo seu oportunismo. Na realidade, a sua meta histórica é chegar ao tal "capitalismo civilizado" que "não pode haver por vontade da grande burguesia e do Estado", mas cuja concretização insinua pode ser obra "das grandes maiorias de nossa população, que anulará as formas MAIS DESENFREADAS de super-exploração (!!!), de dilapidamento de nosso (?!?) território, enfim... O controle que se poderá pôr sobre os desmandos da empresa privada advirá da melhor organização sindical e política das classes trabalhadoras" (Pontos para a elaboração do programa). Aí está a essência da política operária burguesa: controlar os excessos do capitalismo, pondo freios na superexploração,

mas deixando a ambos de pé!

A POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

A política revolucionária, a única política de classe, está separada por um verdadeiro abismo desta política tradeunionista, "operária burguesa", do PT. E só ela é capaz de elevar a luta imediata, sindical, ao nível de luta política consequente porque faz dela uma alavanca para a unificação da classe operária na luta revolucionária; ou seja, porque faz da luta sindical uma "escala de guerra do comunismo".

Isto nada tem a ver com a exortação infantil a transformar toda luta econômica em luta política. A luta econômica só se torna na luta política, objetivamente, se tomar suficiente amplitude para pôr as classes antagônicas frente a frente. E, para que ela avance neste terreno de classe, é necessário que uma vanguarda "defendendo no presente o futuro do movimento", dirija esta luta com base nos métodos e objetivos genuinamente classistas e com a consciência da oposição irredutível de interesses entre a burguesia e o proletariado.

Por isto, o partido revolucionário reivindica como um princípio a participação ativa nas lutas imediatas da classe operária, em que leva adiante um trabalho consciente de fortalecimento e organização das fileiras proletárias, mediante a superação dos limites de localidade, categoria, empresa, etc, em que a classe se acha encerrada, superação esta que é o principal resultado da luta imediata, pois são graças a esta "união crescen-

te dos trabalhadores" é que se alcança a verdadeira, consequente, luta política de classe, que é a luta geral do conjunto do proletariado contra a classe burguesa e seu Estado, pela revolução comunista.

**programme
communiste**

**il programma
comunista**

**el-oumami
(l'internationaliste)**

Manifiesto del
Partido Comunista Internacional
1981

**De la crisis de la
sociedad burguesa
a la revolución
comunista mundial**

EL PROLETARIO El Comunista
ORGANOS DEL PARTIDO COMUNISTA INTERNACIONAL